

## **ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: OBJETIVOS E CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM GUIANDO A PRÁTICA DOCENTE**

Thaís Wojciechowski, UFMT

### **RESUMO**

Sabemos que a conduta do professor em sala de aula decorre de diversos fatores, penso que dois fatores são cruciais para a prática docente do professor de Língua Portuguesa: os objetivos que este almeja com o ensino de língua materna e a concepção de linguagem em que ele embasa suas atividades de ensino.

Partindo desse pressuposto, essa pesquisa bibliográfica aponta objetivos para o ensino de Língua Portuguesa a seus falantes nativos, demonstrando que a conduta do docente varia de acordo com os objetivos por ele desejados. Em seguida, são apresentadas e comentadas três concepções de linguagem: linguagem enquanto expressão do pensamento, linguagem como instrumento de comunicação e linguagem enquanto processo de interação humana, demonstrando que as ações do professor também são submetidas à concepção de linguagem que ele assume em seu comportamento docente.

Pretendo, através das informações contidas na presente pesquisa, provocar a discussão sobre os assuntos abordados, com o intuito principal de que seja percebida a estreita vinculação entre a teoria e a prática no processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** Ensino, Linguagem, Língua Portuguesa.

O processo de ensino/aprendizagem de língua materna, no nosso caso a Língua Portuguesa, tem sido nas últimas décadas uma questão bastante discutida pelos educadores, que discutem seus objetivos, as diversas possibilidades de conduta que o professor pode seguir em sala de aula – com base em distintas concepções de linguagem, entre outros amplos e variados aspectos. Aqui, me deterei somente aos dois aspectos citados: os objetivos e as concepções de linguagem que, entre outros fatores, guiam a prática do docente de língua materna.

Ao abordar a questão dos objetivos de se ensinar Língua Portuguesa para falantes nativos desta língua, Travaglia (2002: 17-20) nos aponta diversas reflexões que

culminam em quatro principais objetivos para o ensino de língua materna, irei em seguida comentá-los apontando as diversas práticas docentes que cada objetivo sugere.

O primeiro objetivo que pode ser almejado com o ensino de Língua Portuguesa é desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua. Esses usuários são os que interpretam a língua: ouvintes e leitores, e os que produzem a língua: falantes e escritores. Competência comunicativa é saber adequar a língua às diferentes situações de comunicação. Tal competência implica outras duas: a gramatical, também chamada de lingüística, e a textual.

A competência gramatical é a capacidade de gerar seqüências lingüísticas gramaticais aceitáveis como uma construção da língua, ou seja, que são capazes de gerar entendimento. Já a competência textual, é a capacidade de saber produzir e compreender textos, para esta, são necessárias algumas capacidades textuais, que são: a formativa – produzir e compreender um ilimitado número de textos, assim como avaliar a boa ou má formação de um texto, sabendo distingui-lo entre texto e não-texto; a transformativa – modificar textos por meio de resumos, paráfrases, sínteses, entre outros, assim como perceber se as modificações são coerentes ao texto original; e, por fim, a qualificativa – que consiste basicamente na capacidade de distinguir a que tipo de texto pertence um determinado texto. Essa última capacidade se relaciona com a primeira, a formativa, pois também se espera que o usuário seja capaz de produzir diversos tipos textuais.

O professor que tem por objetivo desenvolver a competência comunicativa de seus alunos trabalhará de maneira a proporcionar ao estudante o contato com uma grande variedade de textos, para que este tenha contato com variadas situações comunicativas e que, desta forma, aprenda a adequar a língua às diferentes situações de comunicação que pode encontrar no seu dia-a-dia. A partir dessa postura, o aluno irá gradualmente aumentando também a sua capacidade de produzir variados tipos de texto, para adequá-los às mais variadas situações comunicativas. A Lingüística Textual é uma ciência que fornece subsídios para o professor que deseja direcionar seu ensino de língua nesse sentido.

O segundo objetivo para o ensino de língua materna aos seus falantes nativos é a necessidade de levar o aluno a dominar a norma padrão da língua e de ensinar a variedade escrita da língua, que é distinta da variedade oral, e não por isso mais importante, mas também necessária de ser aprendida, pois permite ao aluno a participação em situações comunicativas mais elaboradas, formais e escritas.

O professor que desejar atingir esse objetivo, caso também deseje atingir o primeiro objetivo que aqui citamos, pode incorporá-lo às ações do primeiro, pois, ao aluno ter contato com uma pluralidade de textos, já estaria tendo contato, também, com a norma escrita e com a forma padrão da língua, oportunidade que o professor pode aproveitar para trabalhar os aspectos formais da variante padrão.

Percebemos que caso o professor persiga os dois primeiros objetivos que citamos, é possível trabalhar de forma a integrá-los, porém, o professor que almejar somente o primeiro objetivo pode pecar por não deter-se no ensino da variante padrão, prática politicamente inaceitável, o que podemos entender melhor nas palavras de Magda Soares (1986: 78), a autora alerta:

“Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro destas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais.”

Já o professor que almejar apenas o segundo objetivo, irá cometer o erro de reduzir a língua a sua variante padrão, desta maneira, pautando seu trabalho apenas no ensino da Gramática Tradicional, o que é uma postura inadequada, pois precisamos recordar que a língua – e sua forma de utilização e expressão – é parte integrante da cultura de quem a utiliza, existem variantes culturais dentro de uma sociedade com a mesma língua materna, por este motivo surgem os dialetos – variação regional ou social de uma língua. Assim como a língua carrega consigo os valores da sociedade a qual pertence, o dialeto carrega consigo os valores sociais da comunidade que o utiliza. A Gramática Tradicional só valoriza um dialeto, o dialeto padrão, discriminando todos os outros, juntamente com os valores que representam.

O terceiro objetivo que podemos ter em mente com o ensino de Língua Portuguesa é proporcionar ao aluno ao conhecimento da instituição lingüística, demonstrando como ela está constituída e como se apresenta socialmente. Este objetivo encaixa o ensino de língua na categoria de transmissão de informações culturais, que são necessárias para que o aluno tenha possibilidades de obter conhecimento de mundo, o que além de ser essencial em todas as áreas, é importante para que o aluno aprenda a

distinguir as diversas situações sociais, e saiba que comportamento lingüístico empregar em cada uma delas.

A incorporação do terceiro objetivo é importante aos dois primeiros, pois acrescenta possibilidades de informações aos alunos, que conseqüentemente geram conhecimentos, não apenas lingüísticos, mas também de mundo, função essencial da educação.

O quarto objetivo engloba os três objetivos anteriores ao acrescentar que a competência lingüística, atingida pelo ensino de língua materna, é um importante instrumento para todos os campos do conhecimento humano, e não apenas para o campo da linguagem, pois é por meio dele que se dá uma infinidade de processos de aprendizagem. Sendo assim, também se torna papel do professor de língua materna possibilitar ao aluno o desenvolvimento do raciocínio, do pensamento científico e do senso crítico, fazendo com que o aluno seja favorecido a aprender maneiras complexas de empregar o pensamento.

A partir da reflexão sobre os principais objetivos para o ensino de Língua Portuguesa enquanto língua materna, percebemos que a conduta do professor difere de acordo com os objetivos que acredita serem pertinentes a sua prática docente. Vemos também que os objetivos podem se complementar e que, isso ocorrendo, o comportamento do professor se enriquece através da diversidade, proporcionando ao aluno maiores possibilidades de êxito no amplo aprendizado que sua língua materna pode proporcioná-lo.

Para um professor de Língua Portuguesa, além de ser importante para a sua prática os objetivos que almeja, é um fator determinante para a sua conduta docente a concepção de linguagem que ele possui, pois esta embasará suas atividades de ensino. Veremos que diferentemente do que ocorre com os objetivos, as distintas concepções de linguagem não se complementam, sendo significativamente diferentes as posturas em sala de aula de professores adeptos a distintas concepções.

Há três concepções de linguagem mais conhecidas e difundidas no ensino de Língua Portuguesa em nosso país, são elas: linguagem enquanto expressão do pensamento, linguagem como instrumento de comunicação e linguagem enquanto processo de interação humana. A seguir, irei comentar o surgimento e as características de cada uma delas, demonstrarei também o que cada uma sugere à conduta do docente.

Magda Soares (1998: 54) nos conta um pouco sobre a constituição do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, a autora explica que com a Reforma Pombalina, em 1759,

o ensino de língua materna se tornou obrigatório em Portugal e no Brasil, e a partir de então, se consolidou seguindo o antigo modelo de ensino da Gramática da Língua Latina, restringindo-se ao estudo das disciplinas Gramática, Retórica e Poética.

Esse método de ensino perdurou por séculos, acreditava-se que ensinar Língua Portuguesa era simplesmente fazer com que os alunos decorassem uma listagem de regras da Gramática Normativa. As classes gramaticais e as regras ortográficas, por exemplo, eram expostas ao estudante de forma desvinculada da realidade cotidiana do uso da língua. Tinha-se a linguagem como expressão do pensamento.

Para essa concepção, a enunciação é um ato monológico, pois a expressão se constrói no interior da mente, portanto, o modo como o texto se constitui não depende em nada do contexto em que se insere. A língua é concebida como um simples sistema de normas, acabado, fechado, abstrato e sem interferência social.

Em decorrência disso, os estudos tradicionais consideram válida apenas a variedade padrão – também conhecida como culta – ignorando todas as outras formas de uso da língua, consideradas corrupções da língua padrão. Assim, impõe-se a exigência de que os falantes usem somente a variante de prestígio, sempre com clareza e precisão, de forma lógica, sem equívocos e ambigüidades.

O professor que possui essa concepção de linguagem presume que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, pauta seu trabalho no ensino da Gramática Tradicional. Todos os conteúdos trabalhados seguem essa direção, o texto serve como pretexto para ensinar teoria gramatical, as atividades de leitura se restringem à mera decodificação ou repetição e a redação serve apenas para que se avalie a ortografia. Em decorrência disso, as avaliações dos textos produzidos pelos alunos se restringem também à correção de problemas ortográficos e a questões gramaticais, o professor trabalha como um avaliador, sua principal função é apontar os desvios lingüísticos da norma padrão e inclinar seus alunos a não cometê-los.

No contexto histórico do governo militar no Brasil, o ensino de Língua Portuguesa deixou de ser concebido como expressão do pensamento, e passou então a ser regido pela teoria da comunicação, é quando a linguagem começou a ser percebida como instrumento de comunicação. Nos anos 60 surgiram novas condições sociopolíticas para o ensino de Língua Portuguesa, foi consolidada a democratização da escola e as camadas populares passaram a ter acesso à escolarização. Nesse momento, os objetivos da escola foram alterados, o contexto político buscava o desenvolvimento do capitalismo mediante a expansão industrial e o papel da escola passou a ser fornecer

recursos para que este objetivo fosse atingido. O objetivo principal era a qualificação para o trabalho, e para atingi-lo, correspondia ao ensino de língua materna deter-se no sentido instrumental da língua, privilegiando a comunicação e a expressão.

Tratava-se da necessidade de desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos dos alunos enquanto emissores-codificadores e receptores-decodificadores de mensagens, para a utilização e compreensão de diversos códigos – verbais e não-verbais, pois a principal função da linguagem, era, nesse caso, a transmissão de informações. Nessa concepção de linguagem o texto é visto como um simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado por um receptor, presumindo-se que para a compreensão basta apenas o conhecimento do código – a língua, concebendo o receptor como um sujeito passivo, que recebe a informação tal qual a enviou o emissor, existindo apenas uma única possibilidade.

A concepção de linguagem como comunicação parece se esquecer de que o sujeito imprime, muito freqüentemente, marcas no texto inculcando nele a sua autoria e deixando a sua contribuição à linguagem, tais como: ironias, humor, ambigüidades, entre outras. Não se quer dizer, evidentemente, que a língua não seja instrumento de comunicação, mas, obviamente, não se resume a tal.

O professor adepto dessa concepção privilegia em sua prática atividades restritas ao aspecto material da língua e às relações que constituem o seu sistema, em detrimento do conteúdo da mensagem, das possíveis significações do código e dos elementos extralingüísticos. Há ênfase nas habilidades de leitura, sobretudo de textos informativos, jornalísticos e publicitários, e também é enfatizado o desenvolvimento da expressão oral, como se o importante no estudo da língua fosse apenas treinar o processo de emissão e de recepção de mensagens.

O ensino de língua materna embasado na concepção de linguagem como instrumento de comunicação começou a ser criticado nos anos 80, tanto pela percepção dos problemas de leitura e de escrita que os alunos apresentavam, quanto pelos avanços científicos na área da lingüística que começaram a apresentar novas teorias, o que culminou no surgimento de outra concepção de linguagem, a linguagem enquanto processo de interação humana. É importante lembrar que outro fator também colaborou significativamente para o surgimento dessa nova concepção: o contexto político e ideológico da época da redemocratização do país, que possuía objetivos mais amplos para o ensino de língua materna, e não apenas a ênfase na comunicação, tão valorizada nos tempos da ditadura militar.

A concepção de linguagem enquanto processo de interação humana concebe a língua como um processo de interação em um dado contexto sócio-histórico e ideológico, em que o indivíduo realiza ações por meio da linguagem, agindo e atuando sobre o interlocutor. Sendo a linguagem uma atividade constitutiva, uma forma de compreensão dos sentidos, das relações e do mundo, atividade que se faz pela interação comunicativa mediada pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores.

A concepção interacionista da linguagem contrapõe-se às visões conservadoras da língua, que a tem como um objeto autônomo, sem história e sem interferência de elementos sociais. Tal concepção reconhece um sujeito que é ativo em sua produção lingüística, que realiza um trabalho que é resultado da exploração, consciente ou não, dos recursos formais e expressivos que a língua coloca à disposição do falante. Além disso, também considera a presença do outro, ou seja, percebe que a linguagem não é um ato individual, o outro se inscreve tanto no ato de recepção/decodificação da mensagem, como no ato de sua emissão/codificação, pois no momento em que a mensagem está sendo construída pelo emissor, o outro é condição necessária para a existência do texto. À medida que o produtor imagina leituras não-desejadas pelos eventuais leitores, mais clareza e pistas tende a deixar em sua produção.

O professor adepto da concepção interacionista não concebe a língua como um sistema fechado, e portanto, não tenta fazer com que seus alunos se apropriem dela, seu trabalho é possibilitar aos alunos o contato com diversos textos/contextos em que a linguagem se faz necessária, para que o aluno aprenda a adequá-la às diversas situações que encontra em seu dia-a-dia, situações formais e informais, orais e escritas. Para as produções, há um levantamento de idéias relacionadas ao assunto proposto, com discussões que possibilitem argumentações a favor ou contra as idéias enfocadas. Em decorrência desse trabalho, aparece nos textos a heterogeneidade de vozes, que não reproduzem simplesmente a palavra dita pela escola ou as palavras alheias, mas a palavra do próprio aluno.

Por outro lado, o professor não se impõe como avaliador e juiz dos textos dos alunos, mas como um interlocutor, encarando o aluno como sujeito de seu discurso. Com esse procedimento, o professor questiona, sugere, provoca reações, exige explicações sobre as informações ausentes no texto, contrapõe à palavra do aluno uma contra-palavra, refutando, polemizando, concordando e negociando sentidos mediante as pistas deixadas no texto. Tudo isso, para que o texto alcance o efeito de sentido

proposto pelo autor. O texto não é visto como um produto, mas como um processo, como um trabalho que deve ser explorado, valorizado e vinculado aos usos sociais.

Apesar de notarmos que cada concepção de linguagem surgiu em um determinado momento histórico, para suprir às necessidades de cada época, hoje, no contexto histórico, político-social e ideológico em que vivemos no início do século XXI, e já tendo os conhecimentos científicos das linguísticas pragmática e do discurso, que apontam para a concepção de linguagem enquanto interação humana, ainda temos professores que a concebem enquanto expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação, o que ocorre devido a diversos fatores: má formação dos professores, contato escasso dos docentes com conhecimentos científicos atuais em sua área, além de valores ultrapassados que, por serem tradicionais, ainda não foram superados na prática docente.

Cabe ao professor, desenvolver uma forma de ensino que realmente lhe pareça produtiva para atender à consecução dos objetivos de Língua Portuguesa que se tem em mente. A reflexão sobre o seu fazer pedagógico deve ser consciente e, caso pretenda operar a uma mudança de atitude, o professor deve ter claro que, para haver mudanças, não basta mudar a metodologia, há uma questão mais séria a ser resolvida antes de se adotar uma nova linha metodológica, e de se pensar em novos procedimentos de ação. Trata-se da adesão a uma nova concepção de língua/linguagem, para que enfim seja possível refletir sobre sua prática docente e conseguir ultrapassar a insegurança de uma alteração de atitude.

Muitos professores resistem a mudanças e, ainda hoje, estudos revelam que no processo de ensino de Língua Portuguesa ainda ocorrem práticas pedagógicas ligadas a concepções de linguagem percebidas hoje como cientificamente ultrapassadas. É certo, no entanto, que as novas propostas de ensino estão sendo incorporadas no plano de curso das escolas, e que muitos professores têm se esforçado para assimilá-las. É consensual entre os estudiosos da linguagem a necessidade urgente de uma ampla mudança de postura, visto que os alunos têm o direito de manejar eficientemente a língua, e a morosidade da transformação por um ensino que lhes assegure a proficiência da linguagem em situações de interação comunicativa, causa-lhes graves prejuízos perante uma sociedade exigente e competitiva como a nossa.

## **Referências Bibliográficas**

GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula: Leitura & Produção*. Cascavel : Assoeste, 1984.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo : Contexto, 1992.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo : Mercado de Letras, 2001.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola – Uma Perspectiva Social*. São Paulo : Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa: História, perspectivas, ensino*. São Paulo : EDUC, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 8. ed. São Paulo : Cortez, 2002.